

Bracher mantém as três exigências

*de vida
tex*

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, levará a proposta brasileira para a renegociação da dívida, na tarde de hoje, ao topo do mundo financeiro, em encontros separados que terá com os dois homens geralmente considerados os líderes da comunidade de bancos nos EUA. Bracher terá reuniões "tête-à-tête" com os presidentes do Citicorp, John Reed, e do Morgan Guaranty, Lewis Preston. Reed comanda a maior instituição financeira do planeta, que é, individualmente, o maior credor da dívida dos países da América Latina. Martin, que dirige o quarto maior banco dos Estados Unidos, preside atualmente a comissão que estuda o Plano Baker, como é conhecido o conjunto de propostas avançadas pelo secretário do Tesouro americano, James Baker III, para uma estabilização da questão da dívida.

Os dois encontros eram tomados, ontem, por fontes financeiras como uma indi-

cação a mais da disposição do governo de jogar duro com os bancos na reunião de amanhã, quando Bracher apresentará as reivindicações brasileiras, a despeito da palidez da manifestação de apoio que o FMI deve formalizar junto ao comitê de bancos, durante a reunião que este terá pela manhã. As reivindicações são, basicamente, três: o Brasil quer que as linhas de curto prazo sejam prorrogadas até o fim deste ano, quer igualmente renegociar os vencimentos do principal de 1985 e 1986 e insiste, também, numa redução do "spread", a taxa de risco que os bancos cobram para refinanciar a dívida. De acordo com uma alta fonte financeira de Nova York, a disposição da comunidade bancária é, em princípio, "acomodar" o pedido brasileiro. Mas como isso será feito é outra história. Quase quarenta bancos pequenos e médios, a maioria americanos, ainda não renovaram suas linhas de curto prazo (ver página 13), conforme pedido em maio do ano passa-

do. Prevê-se, por isso, forte resistência nessa área.

Para complicar as coisas, tudo leva a crer que, desta vez, os bancos representados no comitê não contarão com a ajuda de Paul Volcker, o poderoso presidente da Junta Federal da Reserva, o banco central dos EUA, para convencer os recalcitrantes a renovar suas posições com o Brasil. A pouca disposição de Volcker de apoiar a proposta brasileira deve-se à decisão do governo de não negociar nenhum tipo de acordo com o FMI, conforme o próprio Volcker deixou claro em dois difíceis encontros que teve com as autoridades econômicas brasileiras na semana passada — um no início da noite da quinta-feira e outro na manhã da sexta. Apesar de todas as dificuldades, entre as instituições líderes do mercado, que são justamente as que mais teriam a perder num confronto com o Brasil, parece estar ganhando terreno a tese da conciliação. "Os bancos têm

(Continua na página 13)